



MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010

Em cumprimento do N.º 5 do artigo 206.º do Regimento da
Assembleia da República

PRIORIDADES PARA 2010

Apoio ao Emprego

Apoio às Famílias

Apoio às Famílias e às Crianças

Combate à Pobreza

Pessoas com Deficiência

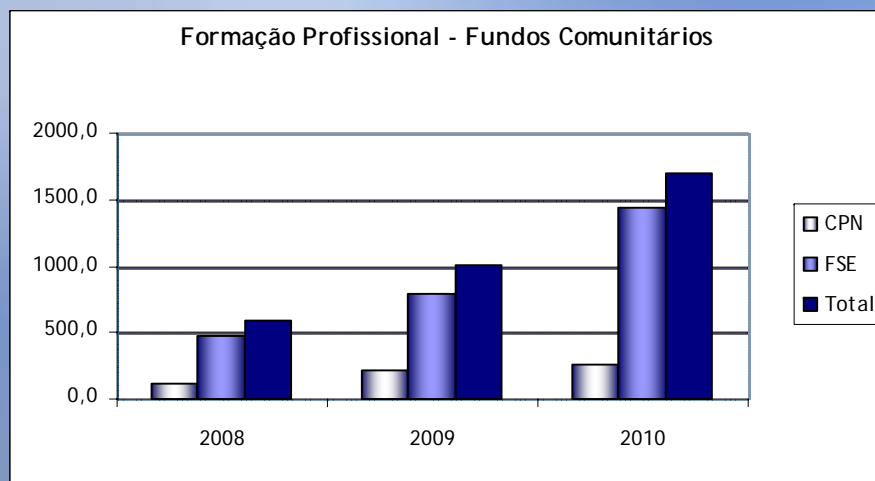
Crianças e Jovens em Risco

Combate à Fraude e Recuperação de Dívidas

Novos desafios nas Relações Laborais

Apoio ao Emprego

- Crescimento de 39,1% das Transferências para Emprego e Formação Profissional



	Milhões Euros		
	2008	2009	2010
Transferências para Emprego e Formação:	1234,7	1699,6	2363,4
<i>Varição</i>		37,7%	39,1%

Apoio ao Emprego

Apoiar a inserção de jovens no mercado de trabalho

- Requalificar 5.000 jovens licenciados em área de baixa empregabilidade
- Alargamento dos programas INOV através do reforço das metas e da sua extensão a novas áreas – 5.000 nas áreas da mediação sócio-cultural, ambiente, protecção civil e energias renováveis e 1.000 nas instituições da economia social através do INOV-Social
- Criação de estágios na Adm. Central para jovens licenciados
- Programa específico de estágios para jovens com qualificação de nível secundário e apoio à sua contratação
- Reforço do apoio à contratação sem termo de jovens à procura de primeiro emprego e de jovens desempregados

Apoio ao Emprego

Apoiar a manutenção e promoção do emprego

- Renovação do Programa Qualificação-Emprego (PQE) para que um maior número de empresas promova estratégias de qualificação dos trabalhadores em momentos de redução de actividade ou intermitência
- Manutenção do apoio ao emprego nas micro e pequenas empresas através da isenção do pagamento de TSU a cargo da entidade empregadora, durante 2010, para os trabalhadores com 45 ou mais anos
- Adopção de uma medida excepcional de apoio à manutenção do emprego dos trabalhadores de baixos salários

Apoio ao Emprego

Apoiar a criação de emprego e o combate ao desemprego

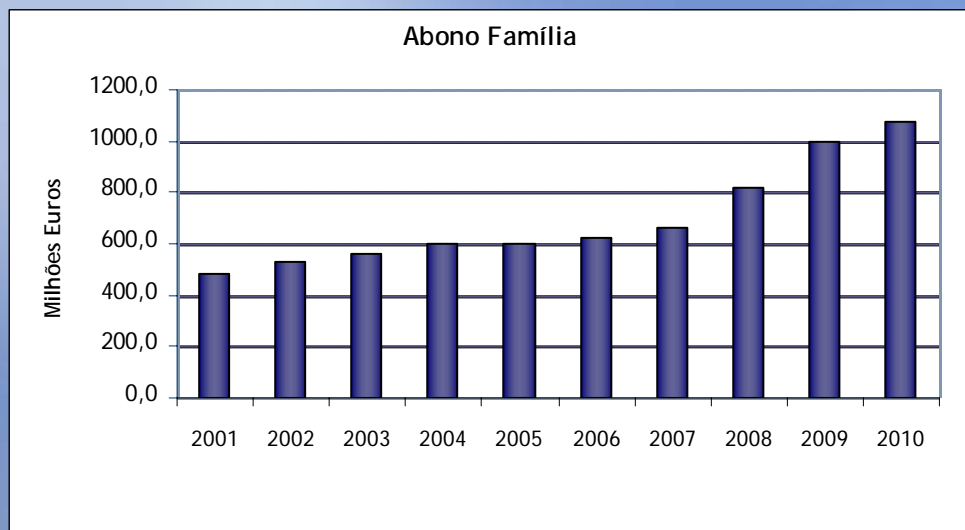
- Reforço do apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego por parte dos desempregados, mediante a facilitação do acesso ao crédito
- Reforço dos apoios à contratação de públicos com maiores dificuldades de reintegração no mercado de trabalho
- Criação de medidas específicas de apoio aos estágios profissionais para os desempregados não subsidiados com mais de 35 anos e beneficiários do RSI que tenham melhorado as suas habilitações através do Programa Novas Oportunidades ou que tenham concluído uma licenciatura, conjugadas com medidas de apoio à sua contratação pós-estágio
- Reforço da activação dos beneficiários de prestações sociais, nomeadamente do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego, em actividades socialmente úteis

Apoio ao Emprego

Reforçar a qualificação dos Portugueses

- Promover a qualificação dos activos no quadro da reforma do Sistema Nacional de Formação Profissional através do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida e da oferta de formação duplamente certificada dirigida a adultos pouco escolarizados
- Promover a qualificação das pessoas com deficiências e incapacidades e dos beneficiários do RSI, enquanto suporte ao reforço das qualificações dos grupos mais desfavorecidos
- No âmbito do actividade de formação profissional do IEFP:
 - Dotação de 380,5 M€
 - Abranger cerca de 375 mil pessoas, 211 mil das quais no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades
 - Aumento da oferta formativa direccionada à população adulta, decorrente da aposta na qualificação escolar e profissional dos utentes dos Centros de Emprego e Formação Profissional – 9.000 pessoas em Cursos de Educação e Formação para Adultos, 79.000 pessoas em Formação Modular e 38.000 pessoas em RVCC/CNO's

Apoio às Famílias e às Crianças



	Milhões Euros
	2010
Abono Família	1076,5
<i>Varição</i>	<i>7,7%</i>
Acção Social	1748,2
<i>Varição</i>	<i>8,2%</i>
CSI	240,4
<i>Varição</i>	<i>5,8%</i>

Apoio às Famílias e às Crianças

- Entrada em funcionamento de muitos Equipamentos Sociais
- Reforço da rede de creches com horário alargado
- **Bolsas de Estudo:** para alunos, titulares do 1.º e 2.º escalões do Abono de Família, matriculados no 10.º ano de escolaridade, para além dos alunos actualmente no 10.º ano que já beneficiam dessa bolsa e que transitam no próximo ano lectivo para o 11.º ano
- Alargamento da Rede de Cuidados Continuados Integrados

Combate à Pobreza

Reforço da protecção social, em especial às famílias mais carenciadas:

- Aprovação de novas prestações sociais de combate à pobreza das famílias trabalhadoras com filhos e das pessoas com deficiência
- Alargamento dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) a novos territórios



MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Combate à Pobreza

- **Alargamento do número de idosos com apoio através do Complemento Solidário para os Idosos: + 40.000 Beneficiários a receber o CSI em 2010**
- **Reforço do Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI) - requalificação de 500 novas habitações**



MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Pessoas com Deficiência

Mais e melhor política:

- **Activação profissional:** Revisão do regime de acumulação de prestações por deficiência com rendimentos de trabalho

Reforço da parceria com o sector social:

- **Reforço da Rede de Equipamentos Sociais**
Criação de mais 5.000 novos lugares destinados a pessoas com deficiência, até 2013, através dos Programas PARES e POPH

Crianças e Jovens em Risco

- **Apadrinhamento Civil:** consolidação de novas formas de vinculação da criança a famílias alternativas à família biológica
- **Alargamento do Programa NASCER CIDADÃO:** reforço da sinalização precoce de situações de risco
- **Sistema de Protecção a Crianças e Jovens em Risco:**
 - **CPCJ:** Aposta na extensão e reforço da rede
 - **Plano DOM:** consolidação da requalificação da intervenção desenvolvida pelas instituições de acolhimento



MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Combate à Fraude e a Recuperação de Dívidas

- **Aposta na recuperação de dívidas**
 - Celebração de mais acordos prestacionais com as empresas, beneficiando das novas regras previstas no OE
- **Aumento da Fiscalização de Beneficiários**
 - Juntas médicas para 100% das baixas com mais de 30 dias
 - Rendimento Social de Inserção

Relações Laborais

- **Eixos do Plano de Acção Inspectiva da ACT:**
 - Promoção do Trabalho Digno
 - Condições de Trabalho seguras e saudáveis
 - Combate ao trabalho não declarado e irregular
 - Protecção dos grupos vulneráveis
- **Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho**
 - Realização de Inquérito Nacional às Condições de Trabalho
 - Reforço da Rede Nacional de Prevenção de Riscos Profissionais
- **Reforço dos Recursos Humanos da ACT**
 - 150 Inspectores de Trabalho
 - 65 Técnicos Superiores para a área das contra-ordenações
 - 25 Técnicos Superiores de Segurança e Saúde no Trabalho

Principais Receitas e Despesas da Segurança Social

(Milhões de euros)

	Execução 2009	Orçamento 2010	Variação %
RECEITAS	22.826,78	24.103,42	5,6%
Contribuições Quotizações	13.123,13	13.438,07	2,4%
Transferências do OE + IVA	7.709,21	8.424,66	9,3%
DESPESAS	22.267,00	23.809,90	6,9%
Pensões	13.464,67	13.922,22	3,4%
Abono de família	999,76	1.076,46	7,7%
Subsídio de doença	450,64	440,66	-2,2%
Subsídio de desemprego	2.044,28	2.208,57	8,0%
Rendimento social de Inserção	507,75	495,20	-2,5%
Complemento Solidário Idosos	227,18	240,43	5,8%
Acção Social	1.616,01	1.748,15	8,2%
SALDO ORÇAMENTAL EM CN	336,68	583,30	73,2%

Nota: apenas inclui correcção relativa à neutralidade dos fundos
Nota: apenas inclui correcção relativa à neutralidade dos fundos

Projeções do FEFSS em % do PIB

